

## **ENTREVISTA COM O PROF. DR. ANTONIO TRAJANO MENEZES ARRUDA**

Entrevistadores: João Antonio de Moraes<sup>1</sup> e Marcio Tadeu Girotti<sup>2</sup>

Antonio Trajano Menezes Arruda (Trajano) graduou-se em Filosofia pela USP em 1969, concluiu o Mestrado em 1978 pela mesma instituição e obteve o Doutorado na University of Oxford/UK em 1985. Atualmente, Trajano é aposentado do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UNESP. Trajano foi um dos professores mais antigos do Departamento de Filosofia da UNESP e acompanha o seu desenvolvimento até os dias de hoje. Nessa entrevista concedida à Revista Kínesis, o prof. Trajano nos conta, com honestidade e descontração, o percurso de sua formação e os interesses que o direcionaram, e elabora algumas considerações sobre a situação da Filosofia no Brasil. A entrevista foi realizada em junho de 2009 e revisada em junho de 2013.

\* \* \*

**João Antonio de Moraes** – Quais os motivos que o levaram a cursar a Graduação em Filosofia?

Eu fui de Londrina para São Paulo para ser médico. Mas lá eu desisti, porque caí numa pensão cheia de gente de humanas: artistas, jornalistas, diretor de teatro, etc. Então acabei escolhendo algo mais de humanidades. Eu tinha muito jeito, segundo um professor de português, para Letras; analisar poemas, escrever e tal. Assim, achei que devia a todo custo fazer letras. Eu cheguei a pensar um pouco, mas daí eu me interessei por Filosofia; pensei assim: “espera aí, Letras é algo refinado, mas Filosofia é a busca da verdade, e que coisa mais importante do que essa busca?” Eu pensei honestamente isso. Hoje eu não falaria isso, exatamente, mas sim que a Filosofia é uma coisa mais elevada e mais geral também. Então, eu fui pra Filosofia.

---

<sup>1</sup>Mestre e Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Doutorando em Filosofia pelo Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência (CLE), UNICAMP. Email: [moraesunesp@yahoo.com.br](mailto:moraesunesp@yahoo.com.br).

<sup>2</sup>Professor da Faculdade de Tecnologia, Ciências e Educação (FATECE), Mestre e Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Email: [girotti\\_mtg@hotmail.com](mailto:girotti_mtg@hotmail.com)

**Marcio Tadeu Girotti** – Conte-nos um pouco sobre sua formação em Filosofia na USP e as dificuldades de frequentar o curso em meio ao período de ditadura (militar) no Brasil.

Quando eu entrei no curso de Filosofia em 1962 ainda não havia ocorrido o golpe militar, que aconteceu em 1964. Então passaram-se uns dois anos, quase três, sem perturbação nenhuma. Depois com o golpe, teve uma fase inicial que foi relativamente leve, nós podíamos sair na rua protestar, quebrar umas vidraças, etc. Depois do truculento Ato Institucional nº 5 não. Ou você ficava na clandestinidade mesmo, um guerrilheiro total, ou você se retirava para sua vida particular e profissional, porque não tinha jeito. E essa fase inicial foi a fase em que os militares começaram a afastar alguns professores das universidades: os professores que eram de esquerda e alguns que nem de esquerda eram, mas que os militares entenderam que deveriam tirar também. No Rio de Janeiro e São Paulo foi excluído um grande número de professores. Perdemos vários professores na FFCHL/USP, como José Arthur Gianotti e Bento Prado Jr., e outros. O Bento foi retirado não porque ele era propriamente de esquerda, mas porque era chefe de um departamento visto como subversivo. Eles entenderam que aquele departamento era comunista. Outro professor também importante foi Rui Fausto, e talvez mais alguns outros. Ficou um certo trauma, mas não foi só o fato de tirarem os professores, foi o fato também de se viver num ambiente tumultuado. Você tinha que fazer política, fazer passeata, organizar grupo de militantes, então foi uma época, mais ou menos tumultuada. Atrapalhou, mas também ajudou a conhecer a realidade. Não foi tremendamente difícil, mas foi melhor do que poderia ser em vista desses nomes que foram extirpados ou que foram aposentados compulsoriamente. Acho que eles não podiam demitir, a lei daquela época não permitia isso, depois acho que fizeram leis para isso. Outro nome, por exemplo, é Florestan Fernandes das Ciências Sociais que saiu “espirrado do palco”.

**MTG** – Diante da repressão da Ditadura e da censura aos livros, como era feito o acesso aos textos filosóficos e/ou literários?

Havia uma certa apreensão em relação a isso. Mas, como eu falei, era um período com relativa liberdade. O Correio da Manhã – o jornal da oposição – criticava o Governo, criticava abertamente. Existia uma certa tolerância. Não tem quase nenhuma

comparação com o que viria a acontecer depois, com o AI-5, que foi uma coisa terrível. Famílias estavam preocupadas. Meu pai, por exemplo, sumiu com uma grande coleção do Lênin enquanto eu estava em São Paulo. Com uma certa razão também, porque se chegassem lá, por algum meio, e encontrassem aquilo, todos estariam comprometidos. Acho que havia a preocupação de esconder ou de destruir mesmo, mas não a ponto de prejudicar a pesquisa. Mesmo porque não havia quase nada em português, a gente tinha que ler em língua estrangeira.

**JAM** – Na graduação?

Na Graduação, sim. Desde o primeiro trabalho do primeiro semestre do primeiro ano já tinham que ler em outra língua. Não havia outro jeito. Se você não conseguisse ler em francês, você não conseguiria fazer o curso.

**JAM** – Lembro-me de o Senhor comentar que durante o seu Mestrado na USP os tempos eram difíceis. Como foi isso?

Comecei o mestrado em 1972, portanto em pleno período do AI-5, o período em que ocorreram muitas perseguições, torturas e outras barbaridades. No mestrado eu entrei no programa de Lógica, Epistemologia e Filosofia da Linguagem coordenado pelo Prof. Oswaldo Porchat Pereira. Mas havia o requisito de apresentar um pré-projeto; houve um exame de admissão que ele fez. Havia oito candidatos e ele fez um exame muito difícil. Eu entrei e segui cursos de Lógica e de Filosofia da Linguagem e fui definindo meu assunto de pesquisa. Não havia pressa de defender, sabe. Fiz o mestrado em sete anos, e entreguei o exemplar da dissertação no último dia permitido, dia 31 de dezembro de 1978.

Mas vamos voltar ao período de graduação. Havia um descontentamento grande por parte de vários alunos. Eu, pessoalmente, já estava descontente com o ensino na Graduação, porque queria ter uma formação de filósofo, escrever sobre temas que me interessavam e outros que pudessem aparecer, e não ficar fazendo comentários de autores apenas. Tentei fugir um pouco desse formato. Fiz dois trabalhos, um com o Prof. Bento Prado Jr., bem filosófico. E o outro trabalho temático foi feito com um professor de Estética francês jovem, de uns 29 anos. Durante a Graduação consegui fazer apenas estes dois trabalhos temáticos. Era uma carga de seminários, dissertações,

sobre o Teeteto de Platão, sobre a Fenomenologia do Espírito de Hegel, e muitos outros; o peso do comentário estava em todas as disciplinas. Quase perdi o gosto pelo curso, tranquei as disciplinas por 2 anos e fui escrever sobre o que me interessava. Depois eu voltei. Tinha que acabar, não é? Mas teve esse descontentamento grande, até num movimento em 1968 na universidade, uma das coisas que alguns de nós reivindicávamos no curso era uma formação de filósofos também, não apenas a de analista de texto. Isso tudo foi decepcionante. O pouco que eu consegui nesse terreno não foi por causa do curso, mas, ao contrário, a despeito dele. Infelizmente isso veio a acontecer também no mestrado, embora eu tenha procurado evitar isso. De fato, apresentei um projeto cujo objeto era uma discussão temático-filosófica da ideia de verdade baseada em alguns filósofos, entre eles Russell, Quine e Carnap. Meu objetivo era que estes autores me auxiliassem a pensar sobre o tema, e não dissecar seus textos e pensamentos. Não era pra ser ambicioso, era pra ser até modesto, por que não? Era para discutir o tema, delimitar as questões e as respostas sobre o tema, e tentar discernir em que aspecto um deles é superior aos outros; queria discutir isso, não era, necessariamente, nem para defender uma ideia própria. O meu orientador, Porchat, vetou no ato; de cara ele disse: “não, isso é para o doutorado!”.

Naquela época o Porchat era bastante conservador, preso ao formato de comentário. Ele vetou minha pretensão dizendo isso, equivocadamente, porque tenho certeza que se chegasse no doutorado com ele querendo a mesma coisa, ele iria vetar também. Foi uma espécie de desculpa que ele deu. Foi muito frustrante. Eu comecei a trabalhar textos do autor que eu iria estudar e “fui, fui, fui”, mas a certa altura passou a ser muito difícil fazê-lo. Além do mais, escrever sobre algo que não me interessa era muito penoso. E se trata de um autor difícil, de língua inglesa, o que tinha um lado bom, pois tive que aprender bem o inglês.

**JAM** – Esse autor é Quine?

Sim. Naquela época ele estava muito em evidência. Eu estava dando aula na Faculdade de Filosofia e Letras de Assis, que em 1977 veio a integrar a UNESP. Estava saindo com os amigos de faculdade, vivendo uma vida puxada pelo hedonismo, e que acabou resultando em um episódio de depressão. Acho que foi, em parte, resultado do trabalho que estava sendo massacrante para mim. Porque a gente não é máquina, não é? Você não vai conseguir fazer direito um trabalho no qual você não acredita. Foi bastante

massacrante. Na época eu não conhecia essa coisa de depressão clínica; se conhecesse teria ido a um psiquiatra pra me ajudar. Até que conheci uma colega, passamos a namorar, gerando uma nova fase de vida e me animei com as coisas; mas ainda a duras penas acabei concluindo o mestrado em 1978, sete anos depois que entrei. Não tenho saudades do mestrado. Tenho saudades de Assis, da convivência social e intelectual do departamento e dos outros também, mas do mestrado nenhuma saudade real. Contudo, não devo ser ingrato, pois com muitos anos estudando a literatura filosófica analítica me familiarizei com essa atmosfera: seus temas, sua linguagem, os conceitos, a lógica avançada. Isso me valeu muito no doutorado; eu havia aprendido a usar alguns instrumentos, embora eu viesse a utilizá-los proficuamente só no doutorado.

**MTG** – E sua experiência no exterior? Fale dos motivos que o levaram a buscar na University of Oxford o campo de trabalho propício para sua pesquisa e sobre os orientadores (Michael Ayers e Jonathan Glover) que o guiaram em suas investigações.

Quando cheguei no doutorado eu conhecia a atmosfera filosófica do país em que estava – Inglaterra –, então o diálogo com os professores não era ruim, eu conhecia a linguagem deles. Isso foi muito bom, em virtude do aprendizado e do rigor que você tem que demonstrar. É preciso convencer da tese, e acho que eu não faria bem filosofia lá se não tivesse a formação metodológica que acabei conseguindo no mestrado. Isso é uma coisa preciosa, tenho que reconhecer. Mas a experiência rica, maravilhosa, filosófica no melhor sentido, estava reservada pra mim no doutorado. Eu tive o cuidado de escolher quais eram os departamentos na Inglaterra e nos Estados Unidos que tinham mais filósofos que trabalhavam nos temas que eu queria. Um deles foi Oxford, que tinha mais de 100 filósofos, e alguns deles eu sabia em que trabalhavam. Assim, a opção foi pela Europa. Fiquei morando quase cinco anos lá.

**MTG** – Como foi a transição do Mestrado para o Doutorado? O Senhor fez o doutorado na Europa, mas por que estudar na Europa? Houve alguma indicação?

Pra me orientar num trabalho temático não tinha ninguém no Brasil; nossos professores não tinham formação alguma para trabalhar com temas. A escolha foi feita da seguinte maneira: fui à Biblioteca Municipal, em São Paulo, e busquei essas universidades importantes, os departamentos de Filosofia, e decidi que tinha que ser lá

na Europa, na University of Oxford, ou em alguma dessas boas universidades americanas, mas acabei optando pela Europa. E o processo era assim: você manda uma solicitação para universidade para que ela te mande o material do doutorado. Você faz um ‘projecinho’ e manda pra eles, e eles logo te aceitam, não é difícil, pois lá tem muitas vagas. O problema era como iria me sustentar lá. Eu tinha o salário de mestre com o qual eu mal conseguia me sustentar no Brasil. Então solicitei à CAPES uma bolsa para o exterior para realizar esse projeto. Aí você concorre com vários outros, com muita gente. Eu tinha uma formação boa na USP, bem boa, com professores conceituados, e meu orientador escreveu uma carta de recomendação e isso ajudou (tem essa coisa do prestígio). Quando fui aprovado foi a maior alegria, porque lá você vai com uma bolsa boa, em dólar (naquela época era moeda forte) e continuava recebendo meu salário de mestre pela UNESP, que eu convertia em moeda local (libra). No que eu comecei lá, a libra, que era uma moeda forte também, valia em torno de US\$ 2,50. Mas no que chegamos lá, a libra começou a cair, devagar, e todo mês chegava um pouquinho mais de dólar pra mim da bolsa e do meu salário, e foi caindo até chegar muito próximo de 1 por 1. Com isso, o salário ia aumentando todo mês, e a CAPES pagava em dólar, então acabei ficando com um “dinheirão”. Minha mulher me acompanhou na viagem, para também fazer um trabalho acadêmico. Não tínhamos qualquer preocupação com dinheiro, nem doença, nem nada. Eu estava num lugar com uma história cultural não sei quantas vezes maior do que a nossa, com professores de reconhecimento internacional, com um bom dinheiro, bibliotecas maravilhosas e acomodação boa (porque como estudante, mesmo de pós, pagava um aluguel bem menor). Nós fomos convocados para conversar com os cinco professores titulares sobre quem seria nosso orientador. Sempre que me recomendavam alguém, eu falava que queria alguém pra me orientar num trabalho temático e não histórico. Eu lembro que falei isso para o professor que estava escalado para me atender, que foi Peter Strawson (que depois viria a ser da minha banca também), que me disse “fica tranquilo que esse nome é o que você quer”. Então fui parar com o Jonathan Glover, um filósofo da Ética e da Filosofia da Mente. Ele é o tipo de pessoa que eu escolheria, se conhecesse todos, para me orientar num trabalho temático, que é um tipo de trabalho em que se correm riscos. Primeiro, você tinha que escolher um tema em que conseguisse produzir alguma originalidade, senão você não era aprovado. Eles diziam que era necessário extrair da tese final dois artigos originais; se tivesse um só, sinto muito, mas não era suficiente para ser aprovado. E um terço dos doutorandos, como fiquei sabendo lá, era reprovado. Um terço! (E aqui é “100% que

passa”, não é?!) E depois tinha o seguinte: você acaba achando que está sendo um pouco ambicioso, você fica com receio e pensa “será que eu não estou viajando?”. É um perigo real. E esse orientador foi muito bom porque ele acolhia bem os meus voos e os estimulava. Na verdade, até bem demais. E tive depois esse outro orientador, Michael Ayers, que é um historiador especialista principalmente nos empiristas ingleses, Locke em particular (é autor de obra em dois volumes sobre Locke), que era muito rigoroso também. Ele, refreando um pouco meus excessos, me serviu como uma espécie de contrapeso, pra eu não ficar excessivamente ousado. Eu fui fazendo, fui produzindo, a questão que foi colocada foi bem definida, e a tese inteira era uma resposta à uma questão, sem digressões. A questão era: as condutas comportamentais e mentais de quem está em autoengano, de um ou de outro tipo, compromete ou não sua liberdade? Essas condutas são condutas em que a pessoa não está sendo livre? Ou seja, o autoengano compromete ou não a liberdade? Essa era a questão central. Os capítulos foram uma tentativa de responder a essa questão, e porque não havia um só tipo de autoengano, a liberdade também não seria uma coisa só, tendo suas variedades. Que eu saiba, ninguém tinha formulado essas questões e tentado respondê-las. Já no Brasil, eu havia lido muito sobre o autoengano e sobre a liberdade. Então, foi com base nessas leituras que tive no período de graduação, inclusive literatura de ficção, como Aldous Huxley e André Gide; eu trouxe uma bagagem que me permitiu fazer essa pesquisa, material bem anterior ao que eu tive na minha chegada lá. Escrevi seis capítulos, todos temáticos e com pretensão à originalidade. Mas esse esforço teve um preço em termos de saúde. Fiquei com um problema sério na cervical, com dores crônicas. Eu ia de um profissional pra outro para aliviar os sintomas. Fiz RPG, acupuntura, mas eram apenas para aliviar a dor. Mais de uma vez tive que interromper o trabalho na biblioteca, descer as escadas, pegar minha bicicleta e ir ao osteopata pra fazer “manutenção” na minha coluna; e depois voltava para a biblioteca para trabalhar. Não foi só alegria, mas teria sido, pois quando você faz algo que adora, conseguindo ter ideias próprias, isso é uma coisa maravilhosa.

**MTG** – Durante o período de estudos na Inglaterra, o senhor retornou alguma vez para o Brasil?

Não, nenhuma vez. Dois anos depois de minha chegada, minha mãe e minhas irmãs foram me visitar e passamos um mês juntos viajando pelo continente. Eu não

desejava voltar, pois havia muita coisa para fazer e vivenciar. Mas no final do doutorado eu estava bem saudoso daqui. Eu agradeço à USP pela formação rigorosa, pela *expertise* que eu e meus colegas adquirimos na análise e na explicação de textos complexos. Porque quando você faz um trabalho temático, para que ele resulte mais sólido e rico, é importante, é decisivo, você não fazê-lo sozinho, como se os outros estudiosos não existissem; você tem que dialogar com vários autores. E neste diálogo cruzado com o passado e com os contemporâneos, a habilidade, paciência e cuidado em analisar textos pode ser de muita valia. Com isso você pode avaliar os textos alheios, seja para aceitar ou recusar suas teses, com conhecimento de causa. Mas não tive no Brasil nada, nem remotamente, comparável ao que a Inglaterra me deu. Se eu fosse para outros países, por exemplo, Austrália, Canadá, Estados Unidos, desde que no departamento apropriadamente escolhido, seria a mesma coisa que na Inglaterra. O Brasil todo era, e continua sendo, um terreno desalentadoramente infértil para se desenvolver qualquer trabalho temático-filosófico nos Departamentos de Filosofia das nossas Universidades. Por isso o trabalho em Oxford foi superprodutivo. A literatura filosófica sobre autoengano é bem conhecida por eles, e tiveram uma disposição natural para orientar trabalhos temático-filosóficos; coisa que até agora não temos no Brasil, e se temos é numa escala reduzidíssima. Isso foi de um valor inestimável.

**JAM** – Como o senhor interpreta sua produção teórica? Haveria um projeto comum ou uma “linha-mestra” que a percorre? Teria havido rupturas, cortes epistemológicos? Se sim, quais e em que momentos?

Tinha uma lista extensa de temas que me interessavam em Filosofia e eles tem a ver com os outros. Por exemplo, alguns tópicos de Filosofia da Educação me interessam e se conectam com o tema da liberdade. A liberdade tem tudo a ver com a educação, e foi, e é, um grande tema de meu interesse. Dediquei uma parte de minha tese de doutorado para trabalhar esse conceito e o restante ficou com as questões do autoengano. Houve uma ruptura sim, e bem marcada, na minha trajetória como professor, pesquisador, orientador; podemos falar aqui até de diferentes “encarnações”. A primeira encarnação foi, a exemplo de todos os colegas, a de um estudioso de autores, na graduação e no mestrado. Lecionava Lógica e não era um professor entusiasmado. Era um professor igual a tantos outros que sabiam dar a matéria direito, mas só isso. Naquela situação não poderia ter me ocorrido a modalidade da Tutoria. Ela me ocorreu

após eu me tornar um estudioso de temas, isto é, um filósofo, e aprendi a importância de se ter uma formação temática. Percebi que escritores e leitores de textos são formados. Nas disciplinas expositivas não havia, e ainda não há, espaço para o filosofar, isto é, para debater a temática filosófica. O entusiasmo para formar escritores e leitores em filosofia eu adquiri depois do meu retorno ao Brasil. Voltei numa outra “encarnação”. Como professor, e também como pesquisador, estava muito mais interessado em, responsável por, e comprometido com a missão de contribuir com a formação temático-filosófica de meus alunos. Então, como professor foi um abismo que me separou do passado, e como pesquisador também. Quando fui para Oxford eu tinha publicado um pequeno artigo sobre Quine na nossa revista (*Trans/Form/Ação*, v. 3, 1980); foi a última coisa de comentador que eu fiz. Nunca mais dei nenhum curso de comentador na Graduação ou na Pós-Graduação. Nunca mais apresentei em congresso comentário de algum filósofo. Não foi fácil fazer essas coisas, para nós novas. No II EBICC (*Encontro Brasileiro-Internacional de Ciência Cognitiva*) que foi em Campos dos Goytacazes/RJ, em 1996, foi a primeira vez que tive coragem de ir a público apresentar ideias minhas. Meu assunto era afetividade e cognição. A ideia inicial era apresentar as teses de Antonio Damásio sobre o assunto, no livro “O Erro de Descartes”. Mas, ocorreu que eu tinha ideias próprias sobre esse assunto, forjadas na leitura de Montaigne, Rousseau e outros. Na noite anterior a minha apresentação, eu estava no meu quarto e resolvi deixar de lado a ideia de falar sobre o pensamento de Damásio. Peguei umas duas ou três folhas e fui pondo no papel minha próprias ideias. Poderia não ter dado certo, poderia ter ficado caótico por conta de meu nervosismo, o público poderia não se interessar, havia estrangeiros de diversas áreas. Era a mesa redonda de abertura do encontro, junto com a Mariana (Mariana Claudia Broens) e com a Bety (Carmen Beatriz Milidoni). Não sei o que me deu, o que sei é que comecei a falar mais como se estivesse num palanque do que em uma mesa acadêmica. Após a apresentação houve uma reação de aprovação do público que continuou repercutindo ao longo do evento. Esse evento constituiu uma ruptura enorme em minha carreira.

**JAM** - Conte-nos um pouco sobre sua entrada na UNESP.

Foi em 1971 como professor substituto, e em 1974 como contratado em RDIDP. Nosso curso de Filosofia começou em Assis, em 1967. Cheguei, portanto, quatro anos depois de o curso ter começado. Era um curso que não oferecia um futuro profissional

aos alunos; ele também não era valorizado social ou cientificamente. A Filosofia havia sido retirada do currículo do Ensino Médio alguns anos antes. Não tinha nem uma pequena fração da importância e visibilidade social e acadêmica de hoje. As turmas eram bem reduzidas, com pouquíssimos alunos; era tão pouco que não dava gosto de lecionar. Num determinado vestibular, entrou um único aluno, muito inteligente, que depois chegou a deputado estadual e hoje é presidente de uma comissão em Brasília. Não havia reitor, mas tinha uma pessoa que fazia as vezes de reitor em São Paulo, que era o coordenador das faculdades públicas (e isoladas) do Estado de São Paulo. A propósito do vestibular referido acima, dizem que ele falou: “vamos fazer o seguinte, vamos fechar esse curso e mandar esse aluno pra Sorbone que vai ficar muito mais barato! Não tem que pagar funcionários, imóvel, professor...”. Não sei se ele falou para valer ou se foi brincando, mas, seja como for, a fala reflete bem o definhamento do curso. Alguns anos depois, com a implantação da UNESP e a vinda do curso para Marília, o curso experimentou uma revitalização, embora passageira e enganosa: a direção do Seminário teológico local passou a enviar os seus seminaristas para fazer o nosso curso de Filosofia. Então eles lotavam as salas, ocupavam quase todas as vagas de ingressantes. Com isso, prevaleceu uma impressão de fortalecimento do curso. Mas logo a direção do Seminário percebeu que, na convivência com as meninas da UNESP, os seminaristas passaram a abandonar a opção religiosa, e houve um aumento da taxa de desistência. Então, eles criaram um curso próprio de Filosofia, que funciona agora na FAJOPA (Faculdade João Paulo II), que, como se percebe, deve sua existência às meninas da UNESP.

**JAM** - Quais foram as dificuldades de se fazer e ensinar Filosofia no interior? Tendo em vista que o curso completou 40 anos em 2008, como o senhor vê a Filosofia na UNESP hoje?

Foi semelhante do que diferente: o tamanho da classe, que era maior na USP do que a aqui em Marília – lá você tem 80 alunos em uma sala de manhã e a noite tem outros 80. Com isso, você terá, pelo menos, uns 10 que são bons. No mais, o tipo de coisa que eles faziam lá, nós também fazíamos aqui.

**MTG** – E qual a relação da Filosofia emergente no interior do Estado de São Paulo e a cultura regional?

A parte cultural não dá pra negar. Se você faz Filosofia da Matemática, Filosofia da Lógica, Filosofia da Ciência “vá lá”; mas em outras disciplinas, você não tem as coisas acontecendo a sua volta. Cinema, teatro, música e política, por exemplo. Eu assisti de perto ao desabrochar inicial da Bossa Nova. Morava em São Paulo na época, circulava com pessoas um pouco mais velhas do que eu que adoravam música, e ia com elas a todos os lugares. Hoje não é como naquela época. Os anos 60 foram cheios de coisas interessantes para a minha geração. Eu sou capaz de falar muita coisa sobre revolução sexual, cinema novo, revolução dos Beatles. É uma coisa curiosa né. De início, algumas pessoas desconfiavam deles porque eles tinham cabelo “até aqui”. Mas depois acabaram conquistados, porque eles eram irresistíveis, contagiantes. Mas não é só o cinema ou o teatro, mas igualmente importante era você conviver com pessoas de gosto idêntico aos seus. É importante compartilhar essas coisas culturais com os outros. Não é só o consumo de cultura solitariamente, mas participar em conjunto é uma coisa preciosa. Isso por enquanto não dá pra consertar; esse déficit cultural e artístico.

**MTG** – Sobre o Departamento de Filosofia da UNESP, como ele começou a ser constituído, ainda no Campus de Assis/SP? Quem foram os primeiros professores e como foi a decisão de transferir o curso e o Departamento para o campus de Marília/SP?

Não houve decisão coletiva de transferir. Foi uma decisão do coordenador, Luis Ferreira Martins; ele fez grandes mudanças. Tirou um monte de professores de Presidente Prudente e colocou aqui, tirou outros tantos de Franca e colocou não sei onde; fez uma mexida geral, sem consultar o corpo docente dos departamentos. Não foi escolha nossa, mas, como eu falei, acabou sendo benéfico de ele ter sido autoritário, porque revitalizou o nosso curso. Pouco a pouco, mas revitalizou e hoje está irreconhecível sua proporção em relação a antes. O momento em que assumi como coordenador do curso, em 1990, a relação candidato/vaga naquela época era 1/1. Ou seja, todo mundo entrava, mesmo a pessoa completamente despreparada e sem interesse na área. Bastava ter, no mínimo, nota 3 em português. Agora está diferente, chegou um ano em a relação estava 12 candidatos por vaga.

**JAM** - O que o incentivou a trazer a modalidade de Tutoria para a UNESP, que pode ser caracterizada como uma marca distintiva do curso?

Eu vi isso ser praticado lá na Universidade de Oxford. Eu vi a modalidade tutorial funcionar ou individualmente ou em grupo. Aquilo me atraiu. Mas acho que o que também me motivou muito a propor a Tutoria aqui era que alguma coisa tinha que ser feita nesse curso, pois ele estava despedaçado. Em 1984 aconteceu um episódio traumático no curso, sintomático disso, enquanto eu ainda estava no exterior. Dois professores fizeram a proposta de transferir o curso para São Paulo, de levar os professores para lá. Eu não estava aqui, mas fiquei sabendo que provocou um efeito traumatizante sobre os alunos. A alegação era que aqui não havia condições de ter um curso de Filosofia, pois não tinha o elemento humano. Os alunos se sentiram muito mal com isso, fizeram um “banzê”. Em 1985 estava esse clima, dois mundos antagônicos, o dos professores e o dos alunos. Felizmente o departamento não levou adiante essa proposta. O mais lamentável disso é que os professores que propuseram isso moravam em São Paulo. A razão alegada era que aqui não tinha condições, mas lá (São Paulo) tinha. Porém, a razão verdadeira não foi essa. A razão verdadeira era que eles moravam em São Paulo e não queriam ficar fazendo essa viagem semanal de São Paulo-Marília, que é cansativa mesmo. Essa foi a razão, tenho certeza. E a Tutoria foi uma maneira feliz, embora não tenha sido criada para isso, de restaurar o bom relacionamento entre os alunos e professores. A Eunice (Maria Eunice Quilici Gonzalez) e eu fizemos um experimento da Tutoria no final do ano letivo de 1990. Nos últimos dois meses do curso, dividimos o 1º ano em dois grupos partes, ela ficou com um e eu fiquei com outro e ‘pusémos’ em prática tal experimento. Os primeiros alunos tiveram uma reação muito boa – e não poderia ter sido diferente: você dá uma atenção personalizada para um aluno, sem ter pressa de despachá-lo, e não tem como ele não ficar agradecido. Eu estava na coordenação do curso e em março do ano seguinte, 1991, convoquei uma assembleia do curso de Filosofia, os professores, os alunos, os professores dos outros cursos que davam aulas para nós, que eram vários; eles compareceram lá, e começou a assembleia. Eu expus a Tutoria e expliquei o que era. Depois teve uma discussão com vários professores e alunos falando. Eu me lembro de algumas intervenções discentes, dentre elas duas eram desfavoráveis, desconfiadas. Eram de alunos dos 4º ano. Era um pessoal que carregava um ressentimento, justificado, contra o departamento, mas o 1º e o 2º anos não. Colocamos em votação se íamos fazer, ou não, o experimento geral da Tutoria, e foi aprovado. Vários de nós professores passamos a ter um “tête-à-tête” regular com os alunos, e isso transformou o relacionamento anterior. Já teria

transformado, ainda que o relacionamento anterior tivesse sido bom, mas como era ruim ele teve um efeito transformador maior. Havia também a proposta de termos um curso diurno. Um dos alunos inteligentes, que hoje dá aula em Maringá (Universidade Estadual de Maringá), falou: “não, nós somos contra a criação do diurno, pois os nossos professores estarão ocupados e não poderão trabalhar com a gente na Tutoria”. Foi uma reação bacana. Quase todos os professores acabaram aderindo, no início ou mais adiante. Quando eu via que alguém estava com dificuldades de aderir, eu dizia: “não precisa fazer esse ano, quando você estiver mais a vontade você faz. Ou, que tal pegar só um aluno?”. A criação da Tutoria foi marca distintiva do nosso curso. Mas atualmente há outros cursos de Graduação que praticam essa modalidade.

**JAM** – Uma vez lhe ouvi dizer sobre três divisões na nossa área: i) História da Filosofia, ii) comentário dos filósofos e iii) fazer Filosofia propriamente dita. O senhor considera que possuímos um Filosofar no Brasil? Diante disso, como entende que “deve” ser o ensino de Filosofia na graduação, para que possamos formar filósofos brasileiros e ampliar seu número? Ou seja, o que deve ser exigido hoje num curso para a formação de *filósofos*?

São, de fato, três modalidades muito distintas uma da outra. A investigação filosófica propriamente dita é extremamente distinta de pesquisa de comentário. Basta abrir qualquer livro da coleção *Os Pensadores*; o que você vê lá é um trabalho de comentador? É um trabalho de História da Filosofia? Não, não é! É muito distinto; não dá pra escamotear isso. Embora haja colegas que dizem que História da Filosofia é Filosofia. Mas não é! Você pergunta se é possível um filosofar no Brasil. Na universidade é quase inexistente essa possibilidade. Nos departamentos de Filosofia brasileiros esse filosofar é mínimo, quase próximo de zero. Talvez exista em outros departamentos. Por exemplo, costuma-se dizer que se você pegar os textos de gente como Antonio Candido, que é de Literatura, e de Florestan Fernandes, que é de Ciências Sociais, ou de Mário Schemberg, da Física, você vai encontrar textos de natureza filosófica, vai ver um tema que é filosófico. Mas nenhum desses nomes saiu de um departamento de Filosofia; se tivesse saído não aprenderiam a filosofar. Então a resposta é essa: tem! No passado tem, têm alguns no momento, mas no âmbito dos departamentos estaduais e federais é próximo de zero o filosofar. Para comprovar isso basta abrir o caderno de resumos dos trabalhos apresentados na XIII ANPOF, que

aconteceu em Canela. Este caderno tem por volta de 700 páginas, e por volta de 300 resumos. Abra o caderno e veja se algum deles é filosófico no sentido que a gente usa quando fala de filósofos. Talvez tenha, mas nessas 700 páginas vai ter, no máximo, dois resumos de cunho temático-filosófico. Então, ele não foi um congresso de Filosofia, mas de História da Filosofia. O nome da ANPOF e de seus congressos não são muito honestos. Nós temos uma tradição consolidada e respeitada em Ciências Sociais, temos sociólogos importantes, reconhecidos até internacionalmente; economistas também; físicos também, e de estatura internacional que publicam descobertas junto com físicos estrangeiros; temos aí, igualmente, historiadores, que estudam a realidade política, econômica, social e relatam o que aconteceu. O que esses estudiosos todos têm em comum é que eles estudam a realidade, e não os livros. Imagine se os economistas se restringissem a fazer pesquisas sobre os economistas do passado; acabariam as pesquisas na Economia – que é o que veio a acontecer entre nós com a Filosofia. A Filosofia no Brasil foi concebida num “pecado original” nos anos de 1934-35, na USP. A Sociologia teve frutos (Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique, e outro) porque vieram para o Brasil sociólogos que se interessavam por estudar a realidade brasileira, e não comentar obra alheia. A Física brasileira também teve um início semelhante, que resultou em uma boa quantidade de físicos teóricos de alto nível. Por azar nosso, um azar verdadeiramente histórico, na instituição da Filosofia predominaram os comentadores, e não os filósofos. Tinha que ter vindo um grupo de filósofos propriamente ditos, além de grupo de historiadores, é claro. Ocorre que historiadores só podem formar historiadores, do mesmo modo que só filósofos podem formar filósofos. Como disse, a Filosofia no Brasil foi gestada num “pecado original” em sua instalação: pecado porque não vieram filósofos para instaurar a investigação temática, e original a deformação comentarista/historiográfica foi se transmitindo de geração em geração até chegar nos dias atuais. Por essa razão, o ensino de Filosofia na Graduação deveria ser tripartidário. Não pode ser só filósofos formando os alunos. Em geral, filósofos não tem formação boa para ensinar a História da Filosofia; eles ensinariam, ao contrário, Ética, Filosofia Política, Filosofia da Linguagem. Para os outros aspectos da formação precisa de um grupo de historiadores e comentadores, não sei qual a quantidade. Mas o departamento de Filosofia deve ter, de preferência, profissionais nas três áreas, que atuem no sentido de ensinar e formar comentadores, historiadores e filósofos. É preciso que seja um curso que forme esses profissionais; se não der pra formar os três, que forme pelo menos dois: aprendizes de filósofos e de

comentadores. Aprendiz de filósofo qualquer um de vocês tem condição de ser, desde que você se aplique a um assunto que te interesse de verdade, ou não vai funcionar. Mas só um *filósofo*, e não um comentador, pode formar um *aprendiz de filósofo*. Aí sim iremos ampliar o número de filósofos no Brasil, que trabalham com temas.

**MTG** – Creio que subjacente a isso está a pergunta que ainda não se conseguiu responder claramente ou consensualmente: o que é Filosofia? Isto porque para se ensinar a Filosofia parece que é preciso ter uma concepção de Filosofia. O senhor concorda com esse entendimento? O que é Filosofia para o senhor?

Eu acho que tem que ter cuidado ao responder essa pergunta para não se fechar em uma coisa unilateral e tendenciosa. Respondendo, eu acho melhor, ao menos no início, entender que Filosofia é aquilo que os filósofos fizeram no passado e continuam fazendo no presente, independente de serem, ou não, grandes nomes. De fato, para ser um sociólogo, por exemplo, não é necessário estar no nível de um Weber, um Marx, um Durkheim; ele pode ser apenas bom. O mesmo ocorre na nossa área. A Filosofia, no sentido em que os filósofos a praticaram ou praticam, é algo no qual as questões/temas são de longe bem mais importantes do que as respostas. As escolas e os pensadores são bem menos importantes do que os seus assuntos. E em nenhum lugar isso é tão verdadeiro como em nossa área. São a relevância e permanência das questões que tornam a Filosofia tão preciosa. Claro, parte da grandeza da Filosofia reside nos grandes nomes. Isso é verdade: parte da importância de Aristóteles, de Kant e dos demais, vem de fato de uma inteligência privilegiada. Porém, vem também do fato de que eles se dedicaram a pensar os grandes problemas, os temas relevantes. Parte significativa da grandeza deles é derivada da grandeza dos assuntos com que eles se ocuparam. Quanto ao que seja Filosofia, ela pode ser caracterizada como uma busca de respostas aceitáveis para as várias questões, clássicas ou contemporâneas, de cada uma das disciplinas de nossa área (Ética, Filosofia Política, Estética, etc.). Quanto ao mais, parece que é necessário ter uma certa concepção do que é Filosofia para se envolver em seu ensino-aprendizado. Cabe acrescentar ainda – se bem que este é um ponto polêmico – que eu acho que a Filosofia é uma empreitada, em boa medida, em diálogo com as ciências particulares. Não tem muito cabimento fazer Filosofia da Linguagem sem dialogar com a Linguística, ou parte dela. Não parece ser apropriado fazer Filosofia da Mente e da Ação sem estudar o que os psicólogos têm a dizer, ou o que os neuropsicólogos têm a

dizer sobre a vida mental e o comportamento. Igualmente: não dá pra fazer Filosofia Política ignorando totalmente a Ciência e a História Políticas. Há filósofos que consideram a Filosofia como algo não multidisciplinar. Na Filosofia da Mente há vários deles. Eles ficam escrevendo e reescrevendo a mesma coisa, e parecem não sair do mesmo lugar. A concepção de Filosofia então é isso: uma área que tem grandes temas que fazem quase toda a importância que a Filosofia tem nesse contexto interdisciplinar.

**JAM** – Em nossa área, o senhor é um dos poucos estudiosos de temas no país. Poderia nos dizer um pouco sobre esse estudo (suas vantagens ou desvantagens, seus limites) e o porquê da dificuldade de sua aceitação pelos professores “tradicionais”?

Não existe uma Filosofia temática e uma não-temática, ela é toda temática. Nesse modo de pesquisar, escrever ou lecionar você seleciona um conjunto de temas. Por exemplo, em Filosofia Política, o conflito entre as exigências do Estado e os cerceamentos da opinião pública, de um lado, e, de outro, a liberdade individual; este é um problema caracteristicamente filosófico, já que não dá para ser resolvido pela Ciência. Ele envolve escolha, preferência, valores. Você pondera essa questão e examina os argumentos a favor e contra uma e outra posição. Aqui no Estado de São Paulo algumas cidades do interior criaram o toque de recolher. Crianças e adolescentes não podem mais ficar na rua depois de certo horário, a não ser acompanhados do pai. Como irão reagir os garotos acostumados a se encontrar depois das 23h? Trata-se de um cerceamento da liberdade individual. Há argumentos contra e a favor como, por exemplo, a diminuição do índice de crimes. Isso é filosofar. Não há uma teoria científica que lhe dirá qual é a solução verdadeira. Não é questão de verdade ou falsidade. É uma questão de escolha e ela não é determinada por critérios científicos somente. Situações como estas estão cheias de Filosofia. Por exemplo, uma juíza determinou a uma mulher que pagasse ao marido cerca de R\$ 250 mil. O que houve foi que, um pouco antes, o homem descobriu que os dois filhos não eram dele. A juíza avaliou as consequências do fato, as consequências sobre ele ter uma informação dessas. Uma pessoa com um golpe desse pode ficar até deprimida. Pergunta-se: é razoável punir essa mulher, ou não? Se ela for punida tem que punir todo homem e mulher em uma situação semelhante. É este tipo de questão que a ciência nem tenta resolver, não é do seu âmbito. Então, fazer Filosofia a partir de temas não é, necessariamente, dar uma visão nova, original, mas levantar questões de forma clara e trazer argumentos que são

usados para evidenciar qual é a resposta mais aceitável. *Isso é filosofar!* Se for uma reflexão modesta, digamos, uma atividade de aprendiz de filósofo, que seja. O fazer isso na classe é exibir para os alunos um exemplo de filosofar, ainda que modesto. E não precisa defender uma resposta, caso você não esteja convecido: a suspensão de juízo foi feita exatamente para isso. O meu ex-orientador, Oswaldo Porchat, quando vetou meu trabalho temático do mestrado, teve a ideia equivocada que era um trabalho complexo. Não era. Não precisa ser. Agora, as pessoas não entendem, acham que filosofar é coisa para gênios iluminados. Esse é um erro cometido pelos professores na nossa área, especialmente os brasileiros.

**MTG** – Certa vez também lhe ouvi dizer que “a Filosofia surge na perplexidade”. O senhor poderia nos falar um pouco sobre essa afirmação.

Não só a Filosofia, mas a Ciência em geral vem de uma experiência subjetiva de estar perplexo com uma certa coisa. Estar perplexo com alguma coisa é: ou estar surpreso ou não ter explicação para aquilo. Há condições na vida social que promovem a perplexidade e outras que bloqueiam, a familiaridade, o ver todo dia determinada coisa bloqueia. Por exemplo, nós três não nos perguntamos o porquê o vidro é transparente. Que coisa estranha, a parede não é e o vidro é. Nos só não nos perguntamos isso porque estamos habituados a ver o vidro assim. Não tenho a menor ideia do porque o vidro é transparente, mas se ele fosse uma coisa completamente insólita; por exemplo, não existe vidro algum (transparente ou não) e de repente cai do céu uma placa de vidro. As pessoas vão fazer fila, as pessoas vão viajar pra ver, a televisão vai lá filmar. Por quê? Porque é uma coisa muito nova, que eles não estão familiarizados e precisa de uma explicação. Como é que eu consigo enxergar a pessoa do outro lado? A perplexidade tem que existir para o pesquisador ir atrás da resposta. Por exemplo, pense bastante sobre o problema do determinismo e da liberdade, vendo nos autores o que há a favor e o que há contra, e você verá: “poxa vida, não está dando pra responder; não tem uma resposta”. E aí? Não tem uma resposta, ou se tem só satisfaz um pequeno grupo. É importante ter uma resposta: claro que é importante ter. A perplexidade é pra você ver o familiar como novo. Um exemplo bobo: um de nossos alunos, um aluno equilibrado, tranquilo, tem uma namorada, se dá bem com a maioria das pessoas, mas de repente ele assassina um colega e se suicida. Ficaremos completamente de calças curtas para explicar isso. Como é que ele foi fazer isso? O que

é que aconteceu? Alguma coisa aconteceu pra ele fazer isso. Mas o que aconteceu afinal? Como é que uma pessoa assim, que não tem nenhum histórico, faz uma coisa dessas. A notícia vem e deixa as pessoas perplexas. Esse é um caso do cotidiano, não é um caso da Filosofia nem da Ciência. Mas é mais ou menos isso que acontece.

**JAM** – Para polemizarmos ainda mais nesta entrevista, fale-nos o porque o senhor considera que a Lógica não é Filosofia.

Para mim essa questão é tranquila. Falar que a Lógica não é Filosofia não é diminuir a Lógica nem a Filosofia. A Filosofia se caracteriza pelos vários assuntos que se distribuem em diversas disciplinas, sendo que em todas elas o que prevalece não é o consenso, mas a mais generalizada discordância. Por exemplo, os anti-piagetianos vão achar problemas na teoria piagetiana, mas cabe destacar que mesmo entre os piagetianos você verá que entre eles há também uma discordância muito grande. E talvez seja possível agrupar em sub-grupos os que pensam do mesmo jeito sobre o que Piaget fala sobre educação moral. Esses sub-grupos poderiam ser divididos, por exemplo, em cinco escolas, cada uma antagônica a outra. Tome uma qualquer dessas escolas e veja o que acontece: vai haver discordâncias das outras. Então, a Filosofia, no passado e no presente, é uma área caracterizada pela ausência de um método seguido uniformemente pelos filósofos. Alguns até entendem que nem método ela tem. Há uma discordância enorme aí. E o que a Lógica tem a ver com isso? Filosoficamente, nada. A Lógica é uma ciência exata; só a Matemática e ela são ciências exatas. Ela parte de axiomas inquestionáveis dos quais demonstra-se que todas as outras sentenças verdadeiras (teoremas) são demonstráveis. Ela é a ciência mais exata, mais perfeita, tanto na clareza ímpar dos conceitos, quanto na demonstração das teses. Agora me digam: o que isso tem a ver com a Filosofia? Nenhuma coisa, no campo da episteme, contrasta mais com a Lógica do que a Filosofia. Outro aspecto é que a Filosofia quer falar sobre o mundo e a Lógica não visa isso. Ela tem leis exclusivamente formais, por exemplo, um axioma dela é: ou uma sentença é verdadeira ou sua negação é verdadeira. Por exemplo: ou é verdade que esta minha fala é útil, ou é verdade que ele não é. Bom, ou a sentença é verdadeira, ou senão a negação dela – a saber, minha fala não é útil – é verdadeira. A palavra “não” tem um significado tal que torna isso verdadeiro. O “não” é uma partícula que transforma verdade em falsidade e falsidade em verdade. Por exemplo: se a sentença “João está com um boné amarelo” é uma falsidade, e eu aplico o “não”, tenho

uma sentença que é verdadeira. Outra pergunta, bem diferente, é: tem utilidade a disciplina Lógica no curso de Filosofia? Deve ela ficar na grade curricular? Vale a pena usar 120h/aula para o ensino dessa disciplina? Tenho certeza que vale! Como filósofo, me beneficieei muito com a Lógica. Mas ela deve permanecer na grade desde que ela use o tempo, o menos possível, para apresentar o cálculo proposicional e o cálculo de predicados, nas suas formas mais simples. E use o maior tempo possível para apresentar os chamados *metateoremas*. Um metateorema, normalmente, tem a forma “se, e somente se”; por exemplo, no teorema da completude, se uma afirmação é válida nessa Teoria, então ela é demonstrável (ela é um teorema); e se ela é demonstrável, então ela é válida. Essa afirmação da completude é não só verdadeira, mas podemos demonstrá-la. Então, você vai demonstrar a primeira parte: se é teorema é válido. Suponhamos que a sentença S seja teorema dessa Teoria, então dada a definição de teorema, segue que... – tudo em português. Você acaba chegando na própria definição de sentença verdadeira, que é o que se queria demonstrar. A beleza da demonstração, neste sentido, é que você faz tudo no vernáculo, isto é, você argumenta em português ao invés de calcular. Os metateoremas, que são os teoremas que falam sobre a teoria, são muito bons pra exercitar no aluno o poder de usar cristalidamente os conceitos e demonstrar as afirmações rigorosamente. Claro, você não vai transferir tudo isso, sem mais, à Filosofia. A Lógica é perfeita e a Filosofia é muito imperfeita. Mas o professor vai transferir ao estudante, na medida do possível, a capacidade de usar definições para demonstrar as teses em Filosofia, através da argumentação. Isso é muito útil, desde que se dê uma grande atenção aos metateoremas. Aí sim você fica craque em trabalhar com definições, e essa habilidade pode se transferir para os debates filosóficos e cotidianos.

**MTG** – Com relação às exigências da Capes por produtividade intelectual em larga escala, considerando números e estatísticas de produção, isso tem gerado problemas?

Isso atrapalha. Pode ter suas vantagens, porém é uma receita para a corrupção da integridade epistêmica (científica e filosófica), para uma espécie de mercenarismo acadêmico. E não tem como não ser assim. Isso acontece com cada um de nós, por mais puro que se queira ser, quando você é obrigado a fazer um trabalho acadêmico em uma situação que você deixaria de fazer se não houvesse alguma consequência. Por exemplo, se você acha que o trabalho é repetitivo em relação ao que já existe, se muitas pessoas já escreveram sobre aquilo, você não tem liberdade. Você “vende sua alma” ao diabo do

produtivismo, fingindo que aquilo tem novidade. Isso acontece sempre. Frequentemente as pessoas fazem trabalhos basicamente para fazer currículo. Essa não é uma motivação científica ou filosófica boa. É bom melhorar o currículo, claro que é bom, assim conseguiremos mais coisas. Mas deveria ser possível melhorar o currículo e, ao mesmo tempo, conservar a integridade intelectual. No meu mestrado acabei abdicando da minha integridade intelectual. Se eu tivesse que ser honesto intelectualmente, se eu pudesse ser, sem ter consequências ruins para mim, eu teria suspenso, pois, a certa altura, já não tinha interesse epistêmico para mim. Mas, nós não temos tal liberdade. Não é só o seu interesse que está em jogo. É o interesse do Departamento e o interesse do Programa de Pós-Graduação. Se você não tiver Doutorado ainda é interesse dos seus alunos, porque você não pode orientar Iniciação Científica. Você tem que prestar conta a muita gente. Então, nesse caso, tem que fazer. E isso acaba sendo uma espécie de mercenarismo. Você chega a fazer por vantagens algo que, por natureza, não deveria ser feito só por vantagens. Mas a estrutura te obriga: ou você fica dentro ou você “cai fora”. Agora, cada vez mais, está acontecendo isso; essa exigência de bolsas faz com que seja importante ter nota boa, tem que produzir e essa é mais uma medida para estimular a produtividade. É muito difícil para todos nós, é fora da capacidade humana, você satisfazer as exigências da estrutura administrativa e, ao mesmo tempo, preservar sua integridade intelectual. Ora, ocorre que a integridade é uma coisa fundamental para nós. O cientista, o filósofo, têm por grande objetivo tentar contribuir para o que seja verdadeiro, ou pelo menos o que eles acham ser verdadeiro. Então, eu não sei se é possível conciliar as duas coisas, o que eu sei é que é extremamente difícil.

**MTG** - Estamos chegando ao final da entrevista. O senhor tem algo em especial que gostaria de dizer?

Olha, eu gostaria que entrevistas como esta fossem feitas mais vezes e mais divulgadas. Com elas há a chance de provocar a reflexão e o debate sobre o que está na agenda de todos nós. Acho bom que vocês tenham feito isso e que estimulasse minha reflexão sobre os assuntos conversados. Por mais de uma razão, fico contente que vocês a tenham feito.